

As condições socioeducacionais de discentes da Licenciatura em Educação do Campo

The socio-educational conditions of students of the Degree in Rural Education

Ozaias Antonio Batista
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Mossoró-Brasil
Maria do Socorro Pereira da Silva
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Teresina-Brasil

Resumo

Esse artigo problematiza as singularidades socioeconômicas e educacionais discentes da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Com relação a coleta de dados, aplicamos questionário com perguntas de múltipla escolha, que foram analisadas por meio de categorias adotados por teóricos das ciências sociais e da educação do campo. A análise apresenta informações relacionadas com o estado civil, identidade étnica, quantidade e cuidado com os filhos pelas discentes durante a realização do curso, responsabilidade pelas despesas domésticas, assim como graus de escolaridade da família. As reflexões apontam para necessidade de fomentar políticas capazes de fortalecer os processos de institucionalização das LEdoCs nas universidades públicas brasileiras, a exemplo das políticas de permanência de estudantes camponesas no ensino superior.

Palavras-chave: Licencianda camponesa e ensino superior; Licenciatura em Educação do Campo; Educação do Campo.

Abstract

This article problematizes the socioeconomic and educational singularities of students of the Degree in Rural Education (LEdoC) at the Federal University of Piauí (UFPI). With regard to data collection, we applied a questionnaire with multiple choice questions, which were analyzed using categories adopted by theorists of social sciences and rural education. The analysis presents information related to marital status, ethnic identity, number and care of the children by the students during the course, responsibility for household expenses, as well as the family's educational level. The reflections point to the need to promote policies capable of strengthening the institutionalization processes of LEdoCs in Brazilian public universities, such as the policies for permanence of peasant students in higher education.

Keywords: Rural teacher and higher education, Degree in Rural Education, Rural Education

1. Introdução

A Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) é uma das políticas gestadas nas lutas históricas dos movimentos sociais camponeses, cujas frentes de atuação também contemplam a democratização do acesso ao nível superior à população do campo historicamente pauperizada (ARROYO; FERNANDES, 1999; CALDART, 2009). Assim, com a implementação dessa Licenciatura no ensino superior público os camponeses passaram a desfrutar de uma formação científico-acadêmica fundamentada por uma proposta político-pedagógica que leva em consideração as singularidades socioculturais pertencentes às realidades rurais brasileiras. Isso porque o paradigma educacional da Licenciatura do Campo aproxima horizontalmente os saberes camponeses e os conhecimentos acadêmico-científicos na formulação de práticas educativas emancipadoras (MOLINA; SÁ, 2012).

Com o aparecimento dessa Licenciatura nas instituições de ensino superior públicas, outro perfil de estudante começou a ingressar neste nível de ensino, gerando, dessa forma, novas demandas institucionais, seja de ordem educacional - expressa pela necessidade de familiarização desse alunado com a cultura acadêmico-científica - ou de natureza política, abarcando ações que garantam aos estudantes o acesso, permanência e conclusão do nível superior.

Muitas questões perpassam a discussão acerca das particularidades sociais, econômicas e acadêmicas dos estudantes das LEdoCs (BATISTA; SILVA, 2020). Sabendo disso, o presente trabalho objetiva refletir sobre as condições socioeconômicas e educacionais das estudantes da LEdoC matriculadas na Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE) - mais especificamente as alunas das turmas que ingressaram nos anos 2014, 2015, 2017 e 2018.

Tal universo de pesquisa nos possibilitará problematizar as condições socioeconômicas dessas estudantes e as particularidades relacionadas com as trajetórias acadêmicas vivenciadas pelas mesmas na LEdoC/UFPI-CPCE, uma vez que analisaremos os dados construídos a partir das respostas dadas pelas discentes sobre o estado civil, identidade étnica, quantidade e cuidado com os filhos quando estão na universidade, bem como graus de escolaridade e ocupações dos seus pais.

Essa pesquisa adquire relevância por trazer dados criticamente analisados sobre as condições socioeconômicas e educacionais de discentes do gênero feminino vinculadas a uma Licenciatura em Educação do Campo. Mesmo se tratando de uma realidade específica,

os dados aqui problematizados podem auxiliar no fortalecimento dos processos de institucionalização dessa Licenciatura nas instituições de ensino superior públicas, fomentando políticas que objetivem garantir a cidadania camponesa historicamente negligenciada.

2. Metodologia da pesquisa

O presente trabalho é fruto das reflexões construídas no projeto de pesquisa intitulado “Perfil socioeducacional dos discentes da Educação do Campo - Campus CPCE/UFPI”. Contudo, em decorrência da amplitude dos dados construídos neste projeto, optamos por apresentar neste artigo apenas as análises relacionadas com as condições socioeconômicas e educacionais das graduandas da LEdoC/CPCE. Entretanto, é importante salientar que tal pesquisa abarcou problemáticas relacionadas com os graduandos da LEdoC/CPCE de ambos os gêneros, ou seja, o que está sendo apresentado aqui é apenas um fragmento dos dados produzidos pelo projeto supracitado. Essa delimitação na exposição dos dados não traz nenhum prejuízo ao conteúdo discutido, pois problematizaremos as informações diretamente relacionadas com o objetivo central deste trabalho.

Para realização da pesquisa que subsidiou a produção dos dados aqui problematizados adotamos o questionário enquanto recurso metodológico que melhor serviu para dialogar com os estudantes matriculados na LEdoC/CPCE à época do estudo, sendo aplicados 185 questionários com os alunos da referida Licenciatura. Atualmente, de acordo com o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) em consulta realizada no dia 16 de janeiro de 2020, temos o total de 231 estudantes matriculados. Essa diferença entre o número de questionários aplicados e a quantidade total de estudantes matriculados se deu em decorrência do período que abarcou a aplicação do questionário até a sistematização e publicação dos dados, tendo havido o ingresso de uma turma no processo seletivo de 2018 (turma 2019).

Na fundamentação metodológica necessária à aplicação do questionário, adotamos os pressupostos apresentados por Gil (1999), os quais apresentam essa ferramenta de pesquisa como “[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc” (p. 128). Pela quantidade de discentes envolvidos na pesquisa, acreditamos que a ferramenta

questionário foi a que melhor se enquadrou à natureza da pesquisa, uma vez que não teríamos condições materiais, nem tempo hábil para analisar uma quantidade expressiva de dados oriundos de entrevistas, fossem elas estruturadas ou semiestruturadas.

Na segunda etapa, atrelamos o processo de construção do questionário à realização de um grupo focal com cinco alunos e três professores da LEdoC/CPCE de ambos os gêneros, respectivamente - cujo objetivo era balizar a elaboração das questões que compuseram o questionário, clarificando se elas contemplavam ou não as problemáticas que achávamos fundamentais para o estudo. Metodologicamente, um grupo focal, de acordo com Trad (2009), caracteriza-se “[...] como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais” (p. 780). Para realização do grupo focal, tivemos a figura da moderadora (professora da LEdoC/CPCE) responsável por mediar a conversa entre os sujeitos, e do observador, incumbido de observar os comportamentos dos presentes e mais manifestações que considerasse pertinentes durante a conversa do grupo.

Na terceira etapa, após a realização do grupo focal, testamos o questionário com os estudantes presentes nesta atividade, a fim de averiguar a eficiência das questões, visando também obter sugestões de novas questões relevantes para compreender as demandas e as vivências educacionais dos estudantes, retirando, acrescentando e adaptando os questionamentos até então expostos.

Na quarta etapa, realizamos a aplicação dos questionários em cada turma/período do curso de Licenciatura em Educação do Campo (CPCE), etapa que foi seguida do desenvolvimento do processo de organização e sistematização dos dados. Para isso, optamos pela construção de tabelas como instrumentos de síntese dos dados quantitativos.

Na quinta etapa, socializamos os dados com discentes e docentes, através da realização de um seminário de pesquisa visando debater com estudantes, gestores acadêmicos do CPCE e professores da LEdoC. Com esse seminário, criamos um canal de partilha entre todos os sujeitos que participaram da pesquisa e que estão no cotidiano acadêmico da LEdoC/CPCE. Ouvimos críticas, sugestões e apontamentos que serviram para a fundamentação das ideias e questões agora apresentadas.

A sexta etapa contemplou a análise quali-quantitativa dos dados, através dos quais buscamos desvelar as condições socioeconômicas e educacionais expressas pelos números relacionados com as realidades vivenciadas pelas graduandas da LEdoC/CPCE. Esta análise

adquire contornos quali-quantitativos em decorrência dos dados presentes nas tabelas virem acompanhados de reflexões fundamentadas por categorias e conceitos oriundos de teóricos das ciências sociais e da educação do campo.

3. As condições socioeducacionais das licenciandas da LEdoC/CPCE

Iniciando a apresentação e a problematização dos dados, na Tabela 1, trazemos informações relacionadas ao gênero declarado pelos discentes da LEdoC/CPCE que participaram da pesquisa. Podemos observar que o contingente de alunas que declararam pertencer ao gênero feminino é maior comparado a estudantes que manifestaram deter a identidade masculina:

Tabela 1: Gênero das estudantes da LEdoC/CPCE

Gênero	Quantitativo de estudantes	
	Absoluto	Percentual
Feminino	136	74%
Masculino	49	26%
Outro	0	0%
Total	185	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

Para a elaboração e a interpretação dos dados trazidos na Tabela acima, dialogamos com o conceito de gênero, compreendendo-o como construção sociocultural, e não restrito a uma natureza biológica (HEILBORN, 2002) – daí o acréscimo da alternativa “outro” no questionário, justamente pela compreensão de que a identidade de gênero se forma por meio das relações sociais e culturais que os sujeitos estabelecem entre si, transcendendo, dessa forma, o formato da genitália (embora nenhuma participante da pesquisa tenha assinalado a opção “outro”).

Mais da metade do alunado da LEdoC/CPCE declarou possuir o gênero feminino, ou seja, grande parte do público dessa Licenciatura é composto por mulheres. Historicamente, a formação de professores da Educação Básica foi ocupada, em sua maioria, pelas mulheres, como afirma Vianna (2002, p. 85): “[...] desde o século XIX, pouco a pouco os homens vão abandonando as salas de aula nos cursos primários, e as escolas normais vão formando mais e mais mulheres”. Essa realidade na educação do campo se confunde com a presença feminina nos cursos de Pedagogia e de formação de professores.

A formação do docente da Educação Básica enquanto papel feminino, sobretudo das séries iniciais, foi fruto de um processo histórico oriundo de transformações culturais e sociais

– esse espaço era reservado aos homens. Embora entendamos que o papel da LEdoC transcenda a formação de professores para atuar na Educação Básica, ela também cumpre tal função – daí a relação feita com a histórica formação de professores e o alto percentual feminino da LEdoC/CPCE.

Acreditamos também que esses 74% das estudantes com gênero feminino tenham se dado em decorrência de a proposta pedagógica do curso se caracterizar pela Pedagogia da Alternância – tempo universidade e tempo comunidade –, sendo as aulas do Tempo universidade concentradas, facilitando a vinda e a permanência das estudantes na universidade: “[...] o método de alternância, como o próprio nome esclarece, estrutura-se em períodos de tempo em que os educandos(as) passam no centro de formação (ou universidade) alternados com outros períodos de tempo em que eles permanecem na comunidade (ou assentamento) de origem” (MEDEIROS, 2013, p. 13). Pelos dados, a proposta pedagógica com aulas concentradas possibilita maior participação de mulheres do campo no Ensino Superior, o que aponta a necessidade de alternativas pedagógicas contextualizadas com a realidade dos sujeitos do campo e os seus modos de vida como condição de erradicação do analfabetismo no campo e ampliação do acesso à universidade.

Em se tratando do estado civil, podemos observar na Tabela 2, um número expressivo de estudantes que afirmaram estar solteiros – embora esse valor esteja aproximado da opção casado.

Tabela 2: Estado civil dos estudantes da LEdoC/CPCE

Estado Civil	Quantitativo de estudantes	
	Absoluto	Percentual
Solteiro/a	92	51%
Casado/a	71	39%
Divorciado/a	2	1%
União estável	15	8%
Total	180	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

É importante salientar que, a princípio, o valor total de estudantes que participaram desta pesquisa foi 185, mas serão vistos em algumas tabelas valores totais próximos de 185. Isso se deu em decorrência de alguns estudantes deixarem questões em branco ou respondidas fora do padrão orientado pelos pesquisadores.

Antes de interpretarmos as informações contidas na tabela acima, é importante uma sumária contextualização histórico-sociológica da estrutura familiar no meio rural brasileiro. Esta foi, historicamente, formada por um número grande de integrantes, ou seja, os jovens

se casavam cedo e tinham muitos filhos, sendo o homem o principal provedor do sustento financeiro da família:

Os homens ‘pertenciam’ à esfera pública, pois desempenhavam de forma predominante o papel de provedor da família, e as mulheres ‘pertenciam’ à esfera privada, uma vez que o cuidado do lar funcionava como atividade de contrapartida dado o sustento financeiro do marido” (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 123)

A reconfiguração do padrão familiar no Brasil, sobretudo no final do século XX, significou acesso das mulheres ao mercado de trabalho, maior nível de escolaridade, participação na esfera pública com a luta por direitos de igualdade de gênero, de modo que as mulheres conquistaram um caminho para a autonomia financeira diante dos homens.

Com esses avanços na vida pública, as mulheres assumem o sustento financeiro do núcleo familiar. Essa mudança vai alterar profundamente a formação da família no campo e na cidade, com estruturas familiares menores. Alves e Dayrell (2015), ao realizarem um estudo sobre os jovens rurais e seus projetos de vida, analisa:

Há ainda a recusa da maternidade/paternidade, por terem exemplos de colegas ou mesmo de familiares que foram pais/mães cedo ou de forma não planejada, o que eles veem como a última opção para suas vidas. Outro projeto recusado, nesse caso pelas meninas, é o de casar e se tornar dona de casa (ALVES; DAYRELL, 2015, p. 385).

A recusa a esse projeto de vida é uma alternativa à superação do modo como as mulheres no meio rural vivem, em situações cotidianas de dominação e secundarização de seu projeto de vida para girar em torno do projeto do homem:

A posição de subordinação da mulher na zona rural se assenta na divisão sexual do trabalho que se caracteriza na economia rural, assim como nas relações familiares de caráter patriarcal. Há dificuldade de as próprias mulheres reconhecerem-se como trabalhadoras e produtoras, associadas, quase sempre, à situação de pobreza e exclusão em que vivem (NETO, et al., 2016, p. 58).

Certamente, a presença das mulheres na esfera pública vai contribuir para uma nova concepção de estrutura familiar e relação com o mundo do trabalho, com influência nas novas gerações de jovens. Esse cenário explica porque os jovens do campo escolhem pela abreviação de sua vida de solteiro, ou seja, os sujeitos do campo passaram a se casar mais tarde e a constituir famílias menores.

Os sujeitos da pesquisa também foram indagados sobre suas identidades étnicas. Acreditamos que problematizar a questão étnica nos possibilita ter um olhar ampliado sobre a condição socioeducacional da camponesa universitária, uma vez que a etnicidade também é um importante traço social, implicando, assim, nas relações sociais que as discentes estabelecerão nos espaços de interação coletiva. Com isso, podemos observar, na Tabela 3, que mais de 60% dos estudantes que participaram da pesquisa afirmaram se identificar como pardo:

Tabela 3: Identidade étnica dos estudantes da LEdoC/CPCE

Identidade étnica	Quantitativo de estudantes	
	Absoluto	Percentual
Pardo	124	67%
Preto	43	23%
Branco	10	5%
Amarelo	3	2%
Indígena	2	1%
Preto e indígena	2	1%
Moreno	1	1%
Total	185	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

Entendemos que o elevado percentual de pardos se deu pela fuga da condição subalterna do indivíduo preto, a qual se manifesta como racismo, conforme expressa Ferreira (2002, p. 75):

Em função da desvalorização da pessoa negra, os afrodescendentes tendem a introjetar a visão dominante de mundo branco, visto como superior. Em decorrência, tendem a desvalorizar o mundo negro ou assumirem como insignificante para suas vidas o fato de serem afrodescendentes [...].

É provável que a escolha pela identidade parda seja uma negação e uma desvalorização da descendência afro, o que é fruto da supervalorização da cultura branca. Se não houvesse a opção parda, acreditamos que o percentual de negros se manteria, aumentando apenas a variação de cores que os sujeitos adotariam como suas. Esse comportamento está relacionado ao fenômeno do colorismo, uma vez que existem diferenciações socioculturais entre as classificações sociais assumidas (preto, branco, negro). De acordo com Santana (2018, p. 8):

Colorismo significa, de maneira simplificada, que as discriminações dependem também do tom da pele, da pigmentação de uma pessoa. Mesmo entre pessoas negras ou afrodescendentes, há diferenças no tratamento, vivências e oportunidades, a depender do quão escura é sua pele. Cabelo crespo, formato do

nariz, da boca e outras características fenotípicas também podem determinar como as pessoas negras são lidas socialmente. Pessoas mais claras, de cabelo mais liso, traços mais finos podem passar mais facilmente por pessoas brancas e isso as tornaria mais toleradas em determinados ambientes ou situações.

Todos os traços fenotípicos dos sujeitos interferem no tratamento social que lhes será dado – daí os empecilhos culturais e políticos relacionados à identidade preta, negra, parda. Mesmo com tal realidade, o segundo maior valor entre os dados da pesquisa foi o de estudantes que se assumem como pretos (23%), seguido por apenas 5% de alunos autoconsiderados brancos. Com essas informações, podemos identificar que a LEdoC é um curso que inspira os discentes a assumirem suas identidades campesina e negra, inclusive com a presença de estudantes remanescentes de comunidades quilombolas.

Historicamente, os sujeitos da área rural sofreram, e ainda sofrem, com diversos tipos de expropriação (WELCH, 2012; CALDART, 2012) – cognitiva, econômica, cultural –, e tal privação também está associada à condição étnica dos sujeitos do campo, pois muitos negros serviram como mão de obra nas grandes propriedades rurais. Consequentemente, o considerável número de estudantes pardos e pretos na LEdoC/CPCE confirma a condição sócio-histórica subalterna dos camponeses, sendo possível afirmar que o curso vem cumprindo seu papel social por meio da democratização do conhecimento científico mediante o ingresso desses sujeitos na universidade.

Passada essa discussão sobre a identidade étnica, apresentamos na Tabela 4 informações sobre a quantidade de filhos por estudante da LEdoC/CPCE:

Tabela 4: Quantidade de filhos por estudante da LEdoC/CPCE

Quantidade de filhos	Quantitativo de estudantes	
	Absoluto	Percentual
Nenhum filho	94	51%
Um filho	26	13%
Dois filhos	29	16%
Três filhos	30	17%
Quatro filhos	4	2%
Seis filhos	2	1%
Total	185	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

O percentual de 51% dos alunos aponta não possuir filho. Esse dado dialoga com as informações trazidas na Tabela 2, que indica o estado civil dos estudantes: mais de 50% declararam estar solteiros. Outra contextualização possível acerca dessa quantidade de filhos está relacionada com a nova configuração familiar no campo, com menor número de filhos.

Contudo, ainda existe uma porcentagem significativa de discentes da LEdoC/CPCE que são mães e pais de família: 49%. Essa é a quantidade de estudantes que tentam equilibrar estudo com maternidade/paternidade, contexto que em um passado recente era impossível, sobretudo para mulheres do campo.

Acreditamos que o fato de as aulas do tempo universidade serem concentradas, em decorrência do modelo de alternância adotado pela LEdoC/CPCE, facilita que estudantes com filhos consigam dar continuidade à Licenciatura. Porém, essa característica não exclui a presença de um responsável que cuide do filho enquanto o discente cursa o tempo universidade. Na Tabela 5, temos dados que expressam o responsável pelos filhos dos discentes da LEdoC) durante o tempo universidade:

Tabela 5: Responsáveis pelos filhos dos estudantes da LEdoC/CPCE durante o tempo universidade

Responsável	Quantitativo de estudantes que declaram possuir filhos	
	Absoluto	Percentual
Familiares	66	72%
Sozinhas/os	20	22%
Cuidador/a	5	6%
Total	91	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

Houve uma parcela considerável de alunos que apontou os familiares como responsáveis por ficarem com os filhos durante o tempo universidade, de modo que a família se caracteriza como um núcleo importante para que o discente continue estudando. Entretanto, essa leitura levanta a necessidade de uma ciranda infantil que atenda aos pais que cursam a LEdoC, pois, mesmo deixando os filhos com algum familiar, os alunos sofrem com a ausência deles, pois são 45 dias de aulas concentradas na universidade.

Após os dados a respeito do cuidado com os filhos durante o tempo universidade, a Tabela 6 aponta informações sobre os responsáveis pelas despesas familiares:

Tabela 6: Responsável pelas despesas da família por quantitativo de estudantes da LEdoC/CPCE

Responsável pelas despesas da família	Quantitativo de estudantes	
	Absoluto	Percentual
Pai	21	12%
Mãe	22	12%
Pai e mãe	18	10%
Você próprio	52	29%
Você e seus pais	20	11%
Outros (você e seu companheiro(a)/sogro(a)/ avós)	48	26%
Total	181	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

Podemos observar que 34% dos discentes atribuíram tal responsabilidade aos pais. Entretanto, 66% se autodeclararam – seja de forma individual ou com responsabilidade compartilhada – como responsáveis pelas despesas familiares. As informações presentes na tabela acima nos mostram, indiretamente, que mais da metade dos discentes da LEdoC/CPCE exercem alguma atividade profissional juntamente ao fazer acadêmico, sendo essa dupla função (estudante-trabalhador) uma característica dos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora.

Diante dessas observações, podemos afirmar que os discentes da Educação do Campo entram cedo, seja formal ou informalmente, no mercado de trabalho, tendo de equilibrar a rotina acadêmica com as responsabilidades que envolvem a realidade trabalhista. E a jornada de trabalho ainda é conjugada com os afazeres domésticos – levando em consideração que o contingente de estudantes da LEdoC/CPCE, em sua maioria, é composto por mulheres (74%) e, historicamente, o serviço doméstico tem sido delegado ao feminino.

Para aprofundar a reflexão em torno da condição socioeducacional das discentes da LEdoC/CPCE, compreendemos ser importante a identificação dos graus de instrução e das ocupações profissionais paternas e maternas, uma vez que eles trarão dados sociais em torno dos capitais simbólicos (BOURDIEU, 2007) e materiais de nossas interlocutoras – informações estas que ajudarão na contextualização quali-quantitativa dos dados.

Na Tabela 7, iniciamos apresentando os dados fornecidos pelos discentes com relação ao grau de instrução paterno:

Tabela 7: Graus de instrução paternos apresentados pelos estudantes da LEdoC/CPCE

Grau de instrução	Quantitativo de estudantes	
	Absoluto	Percentual
Não alfabetizado	57	29%
Alfabetizado	46	24%
Ensino Fundamental incompleto	52	28%
Ensino Fundamental completo	9	5%
Ensino Médio incompleto	3	2%
Ensino Médio completo	7	4%
Ensino Superior incompleto	1	1%
Ensino Superior completo	5	3%
Desconhece	5	3%
Total	185	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

Os dados denunciam a realidade de pauperização educacional dos sujeitos do campo, sendo possível observar a negligência do Estado em ações que poderiam corroborar com a erradicação do analfabetismo. Dos discentes, 29% responderam que os pais não são alfabetizados, estando, por isso, o direito à educação apenas nas folhas da Constituição Federal. Se somarmos os resultados dos alfabetizados mais os que possuem Ensino Fundamental incompleto, o percentual chega a 52%. Esse dado revela que toda uma geração de jovens do campo esteve fora da escola por um longo período, sobretudo aqueles que nasceram na década de 1960 – compondo um percentual de pessoas semianalfabetas.

Apenas 5% possuem Ensino Fundamental completo, e completaram o Ensino Médio apenas 4% dos pais dos estudantes da LEdoC/CPCE. Os números caem mais ainda quando se trata do Ensino Superior completo: 3%. Os discentes trouxeram informações alarmantes a respeito das escolaridades paternas, explicitando mais um indício da negação histórica ao direito à educação dos sujeitos do campo, sendo isso fruto da impossibilidade de conciliação do estudo com o trabalho e da carência das políticas educacionais voltadas para a Educação do Campo.

Esse grau de escolaridade vai reverberar na ocupação profissional dos pais, conforme apresenta a Tabela 8:

Tabela 8: Ocupações profissionais dos pais dos estudantes da LEdoC/CPCE

Ocupação profissional	Quantitativo de estudantes	
	Absoluto	Percentual
Agricultor/trabalhador rural	102	57%
Aposentado	13	7%
Motorista/taxista	5	3%
Falecido	5	3%
Desconhece	7	4%
Professor	5	3%
Pedreiro	4	2%
Outras (açougueiro, pintor, gari)	27	21%
Total	168	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

Mais da metade dos discentes da pesquisa (57%) afirmaram que os pais são agricultores ou trabalhadores rurais. Essa informação auxilia na legitimação da identidade camponesa dos estudantes da LEdoC/CPCE, porque, à medida que a maioria dos pais possui uma lida profissional camponesa, aumenta a possibilidade de relação dos discentes com a realidade campesina, seja no trato com a terra, seja por meio das relações socioculturais estabelecidas no meio rural.

A segunda maior porcentagem (21%) ficou concentrada na alternativa “outras”, a qual juntou as profissões que não necessariamente requerem uma formação técnica bem fundamentada, e, sim, o exercício do trabalho manual: açougueiro, pintor, gari. Essas informações corroboram com os dados trazidos na Tabela anterior, que expressa o baixo grau de escolaridade dos pais declarado pelos estudantes da LEdoC/CPCE.

Na Tabela 9, trazemos informações relacionadas ao grau de instrução materna:

Tabela 9: Graus de instrução das mães dos estudantes da LEdoC/CPCE

Grau de instrução	Quantitativo de estudantes	
	Absoluto	Percentual
Não alfabetizada	35	19%
Alfabetizada	41	23%
Ensino Fundamental incompleto	42	23%
Ensino Fundamental completo	8	4%
Ensino Médio incompleto	2	1%
Ensino Médio completo	30	17%
Ensino Superior incompleto	4	2%
Ensino Superior completo	6	11%
Pós-graduação	5	3%
Desconhece	3	2%
Total	176	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

Os percentuais expressam o baixo grau de instrução materna, pois apenas 23% das mães dos participantes da pesquisa são alfabetizadas, 4% possuem o Ensino Fundamental completo, 17% cursaram integralmente o Ensino Médio, 6% terminaram o Ensino Superior e 3% possuem pós-graduação. Entretanto, os números mostram que a trajetória escolar das mães é sobressalente em relação aos pais. Acreditamos que isso tenha ocorrido em decorrência do papel da mulher estar historicamente relacionado aos cuidados com a família, restando-lhes outras ocupações – sendo o estudo uma delas –, porque culturalmente o homem se volta para o trabalho no espaço público.

Os dados sobre as ocupações profissionais das mães podem ser vistos na Tabela 10:

Tabela 10: Ocupações profissionais das mães dos estudantes da LEdoC/CPCE

Ocupação profissional	Quantitativo de estudantes	
	Absoluto	Percentual
Agricultora/trabalhadora rural	64	36%
Dona de casa	36	20%
Professora	17	10%
Aposentada	18	10%
Assistente de Serviços Gerais (ASG)	8	5%
Dona de casa e agricultora/trabalhadora rural	7	4%
Autônoma	2	1%
Outras (zeladora, secretária escolar, vendedora)	25	14%

Total	177	100%
-------	-----	------

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

Em semelhança aos percentuais de ocupação paterna, ao informarem as ocupações maternas, os discentes apontaram um maior percentual de agricultoras/trabalhadoras rurais (36%). Contudo, esse índice é significativamente menor se comparado com os pais que exercem a profissão de agricultores/trabalhadores rurais (57%). Isso se deu em decorrência do grau de escolaridade materna ser maior que o paterno. Outro fator que precisa ser observado nos dados da Tabela 10 é que a ocupação “dona de casa” aparece como segunda mais assinalada pelos discentes (20%). Esse resultado confirma a preponderância do papel da mulher no espaço doméstico, tendo de administrar uma dupla ocupação profissional (4% dos discentes apontaram donas de casa e agriculturas/trabalhadoras rurais concomitantemente). Certamente, essa porcentagem é maior, levando em consideração a obrigatoriedade social da mulher em equilibrar seu trabalho com o cuidado familiar.

Pudemos ter um panorama geral em torno da realidade socioeducacional das discentes da LEdoC/CPCE, sendo possível observar sua condição étnica e de organização familiar. Certamente esses dados, acompanhados das reflexões aqui construídas, auxiliarão no difícil caminho dessas estudantes na lida universitária, fomentando políticas e ações afirmativas que garantam a permanência e a entrada de mais camponesas na universidade, espaço que historicamente excluiu esses sujeitos.

5. Considerações finais

A Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) surge enquanto política educacional reivindicada historicamente pelos movimentos sociais do campo, visando minimizar os impactos causados pela pauperização histórica do povo camponês. Por meio de uma proposta político-pedagógica que valoriza os saberes dos sujeitos que residem nas áreas rurais, a LEdoC se propõe a oferecer uma formação científico-acadêmica pautada na interlocução democrática com os sujeitos do campo. A partir daí outro perfil de alunado começou a adentrar nas universidades públicas, trazendo consigo trajetórias de vida que refletem particularidades intrínsecas às realidades camponesas.

Sabendo disso, o presente trabalho problematizou as condições socioeconômicas e educacionais das discentes da LEdoC/CPCE, sendo um curso composto, em sua maioria, por mulheres (74%), solteiras (51%), pardas (67%), sem nenhum filho (51%), responsáveis pelas despesas domésticas (29%) e com apenas 4% e 17% dos pais e mães - respectivamente -

detendo o ensino médio completo. Esses dados evidenciam um perfil social historicamente excluído do ensino superior público brasileiro.

Embora os dados aqui problematizados abarquem um contexto socioeducacional específico, eles podem balizar o fomento de políticas que fortaleçam os diversos contextos formativos compartilhados nas Licenciaturas em Educação do Campo das instituições de nível superior públicas, uma vez que as demandas socioeconômicas e educacionais dos sujeitos relacionados com as LEdoCs ficam evidentes ao se problematizar os contextos sociais, econômicos e educacionais camponeses.

Referências

- ALVES, Maria Zenaide; DAYRELL, Juarez. “Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens no meio rural e seus projetos de vida”. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 41, n. 2, p. 375-390, 2015.
- BATISTA, Ozaias Antonio; SILVA, Maria do Socorro Pereira da. **O perfil socioeducacional dos discentes da licenciatura em educação do campo: impasses e desafios na luta dos camponeses pela democratização da universidade**. Goiânia: GO, Editora Phillos, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. ed. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CALDART, Roseli Salete. “Educação do Campo”. Em: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. “O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente”. **Psicologia & Sociedade**. v. 14, n. 1, p. 69-86, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HEILBORN, Maria Luiza. “Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade”. **Cadernos Cepia nº 5**, Gráfica JB, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 73-92.
- MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. “Licenciatura em Educação do Campo”. Em: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- NETO, Francisco Rosemiro Guimarães Ximenes et al. Perfil sociodemográfico e trabalhista dos trabalhadores rurais vítimas de acidente no semiárido cearense. **Enfermagem em Foco**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 56-60, 2016.
- ROSETTO, Edna Rodrigues Araújo; Silva, Flávia Tereza da. “Ciranda Infantil”. Em: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- SANTANA, Bianca. Quem é mulher negra do Brasil? **Revista Cult**, edição n. 234. São Paulo: Editora Bregantini, 2018.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha Guedes. “A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139. 2016.

TRAD, Leny A. Bonfim. “Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde”. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, n. 3, v. 19, p. 777-796. 2009.

UFPI. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação da Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais**. 2013.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação da Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais (Currículo II)**. No prelo.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos PAGU**, n. 17-18, p. 81-103. 2002.

WELCH, Clifford Andrew. Conflitos no Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Sobre os autores

Ozaías Antonio Batista

Professor de Sociologia no Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Doutor, Mestre e Licenciado em Ciências Sociais (UFRN). Possui experiência como professor no ensino médio, superior e educação a distância nas disciplinas de Sociologia, Ciências Sociais e Educação. Tem interesse por atividades de pesquisa, ensino e extensão que abordem os seguintes temas: ciências sociais e educação; cultura e imaginário poético. E-mail: ozaias@ufersa.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1351-9728>

Maria do Socorro Pereira da Silva

Professora da Universidade Federal do Piauí, Doutora em Educação (UFPI), Bacharela em Administração pela Faculdade Santo Agostinho (FSA), Especialização em Docência do Ensino Superior (FATEPI/FAESPI), Licenciatura em Pedagogia (INET), com Doutorado Sanduíche no Centro de Estudos Sociais (CES) na Universidade de Coimbra (UC) em Portugal. Investiga as áreas da Educação Popular, Formação de Professores, Prática Pedagógica, Ciência Descolonial, Investigação-Ação Participante, Políticas Públicas. E-mail: socorroprof@ufpi.edu.br. Orcid: : <https://orcid.org/0000-0003-3877-2420>.

Recebido em: 18/01/2023

Aceito para publicação em: 09/02/2023